

OPINIÃO

Nova classe média

O Brasil, felizmente, está se tornando um país de classe média. E com predominância da chamada classe C: cerca de 91 milhões de brasileiros, com rendimentos mensais entre R\$ 1.115 e R\$ 4.807, já respondem pela maior fatia (46%) da renda nacional referente à participação das pessoas físicas. Sob esse conceito, a participação das classes A e B na renda nacional recuou para 44%, conforme estudos da Fundação Getúlio Vargas.

Os brasileiros da classe C deixaram de ser classificados como pobres porque a melhoria do nível de renda lhes proporcionou acesso a uma série de comodidades do mundo moderno típicas de classe média. O fato se deve a uma conjugação de fatores positivos. No plano macro, o Brasil passou a ter uma economia com relativa estabilidade monetária, que assegura a manutenção do poder aquisitivo da imensa maioria da população. Na prática, isso se traduziu em aumento de consumo, inclusive porque as famílias ampliaram sua capacidade de endividamento. Essa expansão de demanda viabilizou investimentos que antes estavam calcados apenas na possibilidade de exportações, muitas das quais dependentes de um câmbio desvalorizado para serem competitivas.

Dessa forma, esse crescimento

da classe média alargou horizontes de investimentos no Brasil, pois já se pode contar no futuro com um grande mercado interno.

Há, sem dúvida, muitos desafios pela frente. Essa nova classe média só continuará ascendendo se aproveitar as oportunidades que o crescimento econômico proporcionar nos próximos anos, e para tal precisará de boa qualificação profissional. Essa qualificação, por sua vez, está associada a um bom sistema de ensino, ao qual só alcançaremos com esforço de toda a sociedade, e especialmente do setor público, que responde pela maior parte das matrículas.

É por esse caminho que o país precisa seguir. Como tem sido demonstrado na prática, não é pela via do assistencialismo que se construirá essa classe média que vem se tornando a base social do Brasil. O assistencialismo só se justifica como instrumento de caráter transitório, enquanto as mudanças estruturais não atingem os objetivos propostos. O problema é que os governantes se sentem tentados a seguir por esse rumo porque o assistencialismo pode render dividendos políticos de curto prazo. No entanto, não é o que garante a construção de uma sociedade mais equilibrada. O processo de ascensão social por esforço próprio poderia ser facilitado se o Estado mudasse as prioridades de gastos.